

GDF CRIA PROGRAMA ALTERNATIVO QUE AMPLIA E APERFEIÇO A LEI MAGELA

BOA NOTÍCIA PARA A CLASSE ARTÍSTICA

Ricardo Daehn
Da equipe do **Correio**

Num primeiro momento houve medo: um projeto de lei do governador Joaquim Roriz acabaria com a Lei Magela, criada há quase nove anos. A mobilização da classe artística, que chegou a se reunir em novembro durante o *Fórum de Conscientização Cultural — A Política Cultural do DF*, serviu como pressão, e a resposta foi a criação de uma alternativa — o Programa de Apoio à Arte e à Cultura — moldada na Lei Distrital nº 158 (Magela). Durante sessão parlamentar, no início deste mês, os votos de dez deputados distritais aprovaram as mudanças sugeridas pelo governador.

“Considerarei uma grande vitória. O Fundo da Arte e da Cultura (versão do antigo Fundo de Apoio à Arte e à Cultura) marca avanço na proposta inicial. Acredito que ele ampliará as fontes de recurso”, elogia o deputado federal Geraldo Magela (PT-DF), autor da Lei nº 158. A soma de recursos decorrentes de “contribuições compulsórias das empresas beneficiárias com incentivos fiscais concedidos pelo DF” — uma inovação — agradou Magela. A manutenção da possibilidade de gerar recursos por meio de incentivos fiscais também aliviou o deputado,

mas com restrições.

“As empresas abateriam — de impostos como o ISS, IPTU e ITBI — o valor empregado na produção cultural. Já está tudo regulamentado, só falta a disposição do governo em autorizar”, explica Magela. O levantamento de recursos por incentivos fiscais atravessou o primeiro governo de Roriz e a gestão de Cristovam Buarque sem efetiva implementação. “As pessoas sempre têm se apoiado em liminares na Justiça para ter acesso ao montante levantado por este meio”, enfatiza.

A falta de instrumento definitivo para usufruir desta fatia também incomoda o deputado distrital Rodrigo Rollemberg. “Às vezes burocratas não têm a menor percepção do retorno financeiro conseguido com entretenimento e da própria geração de empregos. Brasília não tem vocação industrial, deveria se concentrar nos setores de serviços e diversão”, sugere. Ele aponta como entrave a atuação dos secretários de Fazenda e Planejamento. Mesmo assim considera positiva a manutenção dos incentivos fiscais.

“Às vezes a maioria governista fecha os olhos e ignora até argumentos imbatíveis. Considerarei um retrocesso a revogação da Lei Magela. É uma perda que se junta à derrota do início do ano, quando houve a troca na

Paulo de Araújo 6.3.97



Deputado Geraldo Magela: “É um avanço da proposta inicial”

composição do conselho. Antes, eram mais de 20 formadores culturais. Agora são seis, e ainda indicados pela Secretaria de Cultura”, comentou a deputada Lúcia Carvalho.

Pelo novo projeto, a Secretaria de Cultura fica responsável — por meio dos Conselhos de Cultura e de Administração (blocos nomeados pelo governador, a partir de indicação prévia, ao menos dos representantes da classe artística) —

pela escolha dos projetos beneficiados e pela administração dos recursos do Fundo da Arte e da Cultura. Caso as contribuições das empresas favorecidas com incentivos fiscais não atinjam R\$ 2 milhões, o governo do DF completará o montante para que no mínimo alcance o equivalente a 2 milhões e 50 mil Ufirs. A lei veda a possibilidade de que dois (ou mais) projetos venham a ser paralelamente executados pelo mesmo produ-

tor. A utilização indevida de recursos prevê pagamento de multas e o impedimento de novos projetos incentivados pela lei, por prazo mínimo de cinco anos.

“Seria necessário que o conselho administrativo montado pelo governo tivesse paridade. É um processo antidemocrático”, avalia Marconi Valadares, produtor da Anti Status Quo. A companhia de dança, que está resguardada pelo mecenato da Tele Centro Sul — alcançado por meio da Lei Rouanet —, pretende montar dois projetos no próximo ano: um de vídeo-dança, que acompanha o cotidiano de duas pessoas, e *Cartoon*, cercado de referências a desenho animado.

“O problema não é burocrático, mas de direcionamento. O governo quer produzir cultura, porque percebeu retorno político. Mas se esquece de criar condições para que a sociedade produza para o setor”, analisa. “A ausência de incentivos fiscais resultará na falta de hábito das empresas em investir no setor. Poderiam adotar mecanismos como limite para renúncia fiscal ou estipular valor máximo para cada projeto”, opina Valadares, que só elogia a criação do Fundo da Arte e da Cultura, e mesmo assim com restrições: “É muito pouco frente ao que o mercado precisa.”